



## A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NA HISTORIOGRAFIA PARAENSE

Raquel Soares Souza<sup>1</sup>  
Ramon Brendo Oliveira da Silva<sup>2</sup>  
Walnéia Soraia Nascimento da Cunha<sup>3</sup>  
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o contexto histórico da educação dos negros no Pará, que o ajudaram a assegurar as conquistas das leis, desde o seu processo de liberdade até a conquista da escolarização. Com isso nos questionamos, como o tema educação do negro contribui para a discussão sobre a desigualdade social? E qual a importância do negro no processo da educação paraense? Para tal, utilizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico, abrangendo o recorte temporal de 1755 a 2019, onde os textos contextualizam os fatores históricos que asseguraram as conquistas dos negros no âmbito das leis, desde seu processo de liberdade com abolição da escravatura em 1888 até a conquista da sua escolarização. Concluindo que, apesar da Lei Áurea não foi garantida a igualdade dentre vários aspectos, inclusive na educação da população negra.

**Palavras-chave:** Educação, Historiografia, Representatividade Negra.

### INTRODUÇÃO

Apontamos a educação do negro como um tema importante para compreender o contexto de luta por igualdade social desta classe, que desde o período colonial criou-se a ideia de que os negros eram considerados como raça inferior. Conhecer a história da educação do negro com clareza e veracidade, significa mergulhar na historiografia da educação negra, isto é, analisar as bibliografias de abordagem historiográfica que trabalham este tema.

Temos como objetivo compreender o contexto histórico da educação dos negros que o ajudaram a assegurar as conquistas no âmbito das leis, desde seu processo de liberdade com abolição da escravatura em 1888 até a conquista da escolarização, dando ênfase a história da educação negra no estado do Pará.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal - PA, [rss309@gmail.com](mailto:rss309@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal - PA, [rbrendo@gmail.com](mailto:rbrendo@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal - PA, [walneiasoraia49@gmail.com](mailto:walneiasoraia49@gmail.com);

<sup>4</sup> Professor orientador: Doutor, Faculdade de Educação da Universidade Federal - PA, [paulosac@ufpa.br](mailto:paulosac@ufpa.br).



Para, além disso, consideramos que a universidade é um local primordial onde podem, e devem, ser desenvolvidas pesquisas que possam auxiliar nas respostas para problematizações sociais, que discutam sobre a diversidade e desigualdade. Destaca-se que é essencial que a universidade conheça o contexto dos alunos negros que estão inseridos nela, tendo o intuito de devolver para a sociedade soluções e esclarecimentos viáveis do conhecimento que é elaborado, visando o processo de ensino, pesquisa e extensão que tomamos como pertinente.

Como diz Fonseca (2002, p. 11):

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico tem sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. O método científico permite a elaboração conceitual da realidade que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade. Contudo, o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido e reformulado. Para que tal possa acontecer, deve ser de domínio público.

É neste sentido, que buscamos levantar questões que discutam sobre a educação do negro no Pará e colaborem para desenvolvimento de pesquisa em história da educação. Com este viés, formulamos o seguinte problema de pesquisa: Como o tema educação do negro contribui para a discussão sobre a desigualdade social? E qual a importância do negro no processo da educação paraense? Buscando-se compreender este tema por meio da produção historiográfica já existente e se baseando em uma pesquisa do tipo bibliográfica para sumarizar o cenário e como se desenvolveu a educação dos negros no Brasil e no Pará.

## **METODOLOGIA**

Fizemos uso de uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como bibliográfica, realizada no período de novembro a dezembro de 2019. Cabe pontuar que, “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias [...]” (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6). No trabalho de Salomon (2004) é mencionado que o pesquisador busca exaustivamente suas fontes bibliográficas, que podem disponibilizar no contexto do passado e do presente informações científicas que somem em sua área de estudo, tendo aquelas que servirão também para o futuro.



A pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido; a seleção e análise dos textos; a interpretação e apresentação dos resultados; e as considerações sobre o tema abordado. Os textos selecionados foram acessados pela internet por meio do acervo online Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). Não havendo financiamento de pesquisa, esta obra foi elaborada com a finalidade de estimular a produção acadêmica dentro do contexto da UFPA.

Estruturamos o artigo em duas seções: a primeira, discorre sobre o aspectos do papel do negro no Brasil e no Pará, apresentando um pouco sobre a história e desafios dos negros na construção da sua identidade; a segunda, têm como foco a escolarização da população negra, pautando-se aspectos sobre o preconceito em relação aos negros perante a sociedade e a questão da abolição que acarretou no enraizamento da visão no negro como uma raça inferior, traçando assim empecilhos que ainda na atualidade são encontrados.

## **ASPECTOS DO PAPEL DO NEGRO NO BRASIL E NO PARÁ**

Toma-se conhecimento de que o negro sofreu inúmeras tensões desde o início da construção da identidade brasileira, uma vez que sua história foi marcada por escravidão e submissão ao homem branco que usava de sua força para obter lucro quando se refere a mão de obra nos períodos de plantio e de extração das matérias primas.

Com a chegada dos europeus no Brasil, houve grandes resistências dos indígenas, na Amazônia se negavam à escravidão fugindo para as matas as quais conheciam muito bem, caracterizando uma ferrenha intensificação de conflitos (PERES e AZEVEDO, 2015, p. 8). Logo, era mais viável optar pelo negro, pois não conheciam as matas e se mantinham mais facilmente sob escravidão no início, com o tempo, tornou-se algo que prevalecia nos engenhos.

Medeiros (s.d.) em sua obra *Engenhos e fazendas: memórias da escravidão negra na província do Grão-Pará (1810-1850)*, pôde referir informações de que no Pará a presença de negros foi registrada no período de criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) em meados do século XVIII, alguns dos escravos africanos na época eram tidos como escravos de ganho e de aluguel, também fazendo contribuição nas fazendas dos engenhos que produziam desde ação canaveira, produção de cacau, café, leite e mantinham a criação de animais, levando a uma movimentação do escravos negros africanos e crioulos na região paraense.



Através do extrativismo os senhores de engenhos em Belém e nas suas redondezas, tinham nas fazendas a mão de obra escrava que eram incumbidos de diversas tarefas como plantio da cana de açúcar, trabalhavam com artesanatos, arroz, tabaco, demonstrando que o viés agrário ganhara visibilidade na economia do Grão-Pará (BEZERRA NETO, 2002, p. 222-223).

Pode-se observar que existe uma minimização do papel do negro nos trabalhos desenvolvidos na Amazônia, por ser uma característica muito marcante a presença do nativo índio nos modelos de extrativismo e pecuária da região, afirmando Fonseca (2011, p. 2-4), “É evidente que, quantitativamente, o contributo das populações de origem africana, foi bem menor se comparado com aquele da população indígena” e que “[...] um escravo africano em Belém custava dez vezes mais que um escravo nativo no início do século XVIII”.

Relata ainda que a mão de obra escrava também era utilizada em maior escala no Mato Grosso, já que a utilização do índio era menor, apresentando que o maioria dos escravos do Pará foram remanejados para as áreas de mineração de ouro no Vale de Guaporé, seguindo essa informação foi utilizado fontes de Bezerra Neto (2001), de que no período de 1755 a 1820 um número de 43.240,00 negros foram trazidos da África para serem escravizados em terras brasileiras e que a presença de escravos de origem africana eram bem maior no Pará do que na Amazônia nessa época.

No trabalho desenvolvido por Bezerra Neto (2002), intitulado Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, são retratadas fugas dos então escravizados que se evadiam de várias localidades próximas à Belém como Marajó-assú, Soure, Vila de Breves, Ponte de Pedras, Abaitetuba. Esses buscavam para si uma melhoria de vida fugindo de seus senhores e refugiando-se na capital paraense, onde poderiam encontrar conhecidos e familiares que pudessem lhes ajudar a ficar escondidos e fugirem de seus senhores, sendo chamados por seus donos como vagabundos que não queriam trabalhar, associando sua fuga a vadiagem e não pela condição de escravidão que eram submetidos.

Mediante o surgimento da imprensa no Pará, as fugas de escravos passaram a ser publicadas com intuito de que esses fossem encontrados e capturados de volta aos seus “donos” senhores de engenhos (PERES e AZEVEDO, 2015; NETO, 2002). Com as fugas foram sendo criado espaços de convivência dos quais eram formados pelos negros escravos que iam se encontrando nas matas onde se refugiavam, dando origem aos chamados quilombos, que Salles (1988) relata também como mocambos, que ganharam grande número de integrantes graças ao movimento denominado Cabanagem, onde um movimento de independência ganhou visibilidade no Brasil caracterizando no Pará uma luta popular pela liberdade.





Após este movimento que deu início a uma fase de libertação, passaram a ser criadas leis que pudessem tornar os escravos livres, como citado por Salles (1988):

A concessão de alforria era feita até então sob três processos principais: a aquisição de alforria pelo próprio escravo ou por liberto que, com seu trabalho, adquiria a liberdade dos parentes próximos; a manumissão ou concessão de liberdade por iniciativa de terceiros, e do próprio senhor ou ainda derivada de decisões judiciais; e finalmente o legado ou doação de liberdade por herança testamentária. Esses três processos eram regulados por leis específicas (p. 278).

Em virtudes dos fatos que ocorriam em todo o Brasil a respeito da escravatura, a Abolição do dia 13 de Maio de 1888 assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel decretando a libertação dos escravos foi o apogeu da conquista histórica das lutas pela liberdade. “Foi o Presidente Dr. Miguel José d’Almeida Pernambuco quem teve a honra de solenizar o 13 de maio, na Província do Grão-Pará” (SALLES, 1988, p. 308).

Mesmo com os avanços mencionados até aqui, perduram até hoje as mazelas da escravidão que deixaram marcas na história brasileira e principalmente sobre a figura do negro que muito foi e é hostilizado pela sua cor, passando por inúmeras situações que menosprezam sua vivência, sendo elas o racismo, preconceito étnico racial, preconceito estrutural e econômico, caracterizando uma luta por igualdade e busca pela dignidade que lhes são feridas sempre que expostos diante seu passado histórico.

Convém ressaltar que:

A alteridade revela-se no fato de que o que eu sou e o outro é não se faz de modo linear e único, porém constitui um jogo de imagens múltiplo e diverso. Saber o que eu sou e o que o outro é depende de quem eu sou, do que acredito que sou, com quem vivo e porquê. Depende também das considerações que o outro tem sobre isso, a respeito de si mesmo, pois é nesse processo que cada um se faz pessoa e sujeito, membro de um grupo, de uma cultura e de uma sociedade. Depende também do lugar a partir do qual nós nos olhamos. Trata-se de processos decorrentes de processos culturais que nos formam e informam, deles resultando nossa compreensão do mundo e nossas práticas frente ao igual e ao diferente (GUSMÃO, 2003, p. 87).

Só é possível conhecer o outro mediante nossas diferenças que são caracterizadas pela aproximação ou distanciamento, na criação de grupos segundo nossas relações interpessoais com o outro no processo de descoberta. Assim, o que Gusmão afirma, se deu de maneira impositiva nesse processo uma vez que não houve essa troca de ideias ou de conhecimento entre os sujeitos, infelizmente o que foi enxergado pelos grandes senhores de engenhos na diferença da cor de pele foi a subalternidade se colocando superior ao negro.



Diante do que vinha sendo tratado, desse novo olhar do negro sobre seu valor, foi possível iniciar uma nova fase que era caracterizada por entraves que viessem beneficiar sua cultura e suas tradições, isso mediante ao grande avanço através das lutas populares e os movimentos negros difundidos por grupos que buscavam melhorias de vida e reconhecimento, sendo um deles o direito à educação, relevando a importância de ressaltar essa linha histórica, onde os negros sempre foram muito desvalorizados, e, na maior parte de sua ação, eram vistos como mão de obra de fácil acesso, deixando claro a discriminação em relação ao homem branco/homem negro, uma vez que:

Os negros, arrancados de seu país e separados de seus familiares, foram obrigados a suportar a arrogância do branco e também sua covardia, estando, durante o descarregar dos navios negreiros a mercê da coação, do chicote, do tronco e de correntes, além de serem transportados doentes, famintos e amontoados, tais como objetos, expostos à humilhação que, de forma patológica, alimentava o vazio da alma de seus futuros compradores (PEREIRA, 2012, p. 1).

Também, é válido salientar a relação que a abolição da escravidão tem com a educação dos negros, pois “[...] passa-se a reconhecer que não se poderia deixar os negros escravizados e seus descendentes serem educados exclusivamente a partir do mundo privado. Nesse sentido é que a escolarização é recorrentemente colocada em destaque” (FONSECA et al., 2001, p. 24).

## **NOTAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA**

Enfatizou Santos (2008) ao declarar a respeito da população negra escrava: “Hoje, 120 anos após a Abolição dos Escravos, seus descendentes ainda reivindicam medidas compensatórias na área educacional capazes de eliminar os efeitos persistentes das barreiras impostas no passado [...]” (SANTOS, 2008, n.p).

A esse respeito Pereira (2012) também se pronunciou:

[...] ainda hoje podemos perceber as arestas de uma escravidão silenciada. Basta uma simples situação pontual para nos depararmos com essas arestas: a significativa ausência de negros em instituições de ensino e os reduzidos “cargos de chefia” por eles exercidos nas grandes empresas e indústrias brasileiras. Nas instituições de ensino a realidade é a mesma: um número relativamente baixo de alunos negros, se comparados com os alunos brancos, além da evasão escolar/universitária relativamente alta entre os negros que lá se encontram somada aos raros casos de êxito acadêmico. Porém, é importante afirmar que não é a dificuldade cognitiva que falta para esses alunos e, sim, a imutabilidade de uma realidade social que, ao



menosprezar a educação como direito, naturaliza a dificuldade financeira da maioria dos negros em nosso país gerando as mais perversas desigualdades entre pessoas (p. 2).

Assim, é notório que apesar do passar do tempo, ainda é grande a existência de resquícios através de atitudes excludentes e segregadoras, estas perceptíveis desde quando os negros foram trazidos para o Brasil, como na sua permanência neste país. Isso abarca questões geradoras de dificuldades na integração da população negra à sociedade, onde podemos perceber esses aspectos a partir de muito antes da abolição da escravidão até na atualidade que vivemos.

Considerado por Jorge Nagle o final do século XIX os primeiros anos do século XX um período de entusiasmo pela educação, onde a desmontagem do sistema escravista despertava antigas e novas aspirações aos ex-escravos, num contexto de discussão sobre a abolição da escravidão, surge a importância de assegurar o fim do regime escravista, porém, de modo que não atrapalhasse o andamento da economia brasileira (SANTOS, 2008, n.p). Embora no período Imperial o modelo de ensino fosse eurocêntrico e muito quista essa modernização, a sociedade foi cada vez mais demonstrando preconceito racial, exclusão social e injustiças quanto a inserção do negro no processo de escolarização, a escola assim era vista como lugar de poucos, como relata Sanchez e Almeida (2016) e Felipe e Teruya (2015) onde dizem:

A escola imperial voltada ao ensino de comportamentos adequados, combativa às culturas populares, sob um modelo eurocêntrico de ensino e de sociedade desejada que visava à homogeneização cultural e à invenção de uma cidadania nacional, era vista como condição de progresso do Brasil (SANCHEZ e ALMEIDA, 2016, p. 236).

[...] educação escolar foi vista como um dos caminhos que levaria o país rumo ao desenvolvimento econômico e equiparar-se às nações europeias. Entretanto, na formação do Estado moderno brasileiro, houve uma série de dispositivos de marginalização da população negra, como as políticas de branqueamento, a ideia de democracia racial e os discursos sobre a miscigenação (FELIPE e TERUYA, 2015, p. 111).

Toda essa preocupação de tornar a sociedade civilizada possibilitou que escravos e negros adentrassem minuciosamente em ambientes onde a educação era privilégios de poucos e o tratamento desigual ainda reinava, desta maneira surgiram estes entraves que foram supracitados.

De acordo com a Constituição de 1824, antes, a escola era ambiente restrito somente para cidadãos brasileiros, o que encadeou a participação dos escravos já que sua maioria era de outros países, principalmente africano. Outro fator também, é o Decreto 1.331, de 17 de



fevereiro de 1854 no qual estabelecia a obrigatoriedade para crianças maiores de 7 anos frequentarem a escola primária de forma gratuita, mas somente se fizessem parte de famílias que obtivessem algum recurso, porém, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 7).

Como supracitado, antes as legislações geraram grandes barreiras, estas, mesmo com intuito de gerar benefícios contribuíram para frustrar ainda mais essa inserção do negro na educação. Junto a elas também é válido ressaltar as discriminações que ocorriam, pois na época esta educação era voltada para uma elite excludente, onde era visível a distinção dos que obtinham mais poder aquisitivo e dos que pouco ou que nada tinham. Pode-se dizer assim, que neste contexto, seria errôneo negar essa profunda diferença entre a escolarização de negros e branco, gerando uma postura desigual, visto que:

Sem gozar da oportunidade de uma educação oferecida pelos representantes do povo naquela época, não somente o povo negro, mas a educação na época oferecida referia-se a população rica. Portanto, uma vez pobre ou negro as dificuldades eram acentuadas, e o direito a oportunidade de estudo, mínimas (CAZUZA e GOUVEIA, 2019, p. 133).

Assim como houve demora para consolidação da abolição da escravidão, também na área da educação ocorreu esse atraso, pois só décadas depois de abolição foi-se dando a inserção dos negros no sistema de ensino (CAZUZA e GOUVEIA, 2019, p. 129), porém ainda nas palavras de Cazuzza e Gouveia (2019, p. 139) e educação dos negros na época se baseava no caráter religioso, para a instrução e para o trabalho.

Inegavelmente, podemos perceber que a escravidão ainda está muito enraizada neste processo de escolarização dos negros e foi um fator propulsor desse lapso que até hoje vemos. Mas, mesmo diante desses entraves a educação sempre se destacou como alvo de emancipação do povo negro, pesquisas demonstram que mesmo diante de todos os entraves eles buscavam algumas iniciativas parciais como forma de inclusão no processo de escolarização, pois a pesar de terem barreiras geradas tanto pela legislação quanto pelas próprias manifestações de discriminação e racismo das camadas superiores, eles buscavam alternativas para terem seus direitos restabelecidos.





Dentre essas iniciativas são citados em Silva e Araújo (2005, p.69) colégios criados nos anos 1880, até meios de educação informal, caracterizadas por serem fora do ambiente escolar (escola), de forma paulatina, pois não era algo que ocorria às claras, sendo que se dava por meio da observação silenciosa; outra forma era na contratação de professores particulares, onde tinha-se o objetivo de lucrar com aqueles escravos. Sendo assim, discretamente, iniciava-se a interação de escravos e negros com a educação, apesar de não ser nada concreto e estar escancarado o pré-conceito diante das diferenças, principalmente em relação a cor.

É válido ressaltar que até o final do século XIX, os negros eram vistos como sujeitos da escravidão, isso conseqüentemente contribuirá com as indiferenças, discriminações e o racismo, tal qual galgaram com as gerações, fazendo persistir até hoje essa visão do negro como raça inferior.

Sobre esse passar do tempo, é bom frisar a força que as lutas dos negros vieram a ganhar ao buscar sua inclusão na escola e que viessem aparecer temas positivos na afirmação da identidade afrodescendente exercendo sua cultura, como aborda Cruz (2005) “que embora ausente nos relatos oficiais da história da educação brasileira, evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência” (CRUZ, 2005, p. 11).

Considerando a trajetória de superação que os negros enfrentaram, ainda assim existem muitos desafios. Segundo dados do IBGE em 2018, 25,2% dos jovens brasileiros com faixa etária entre 18 e 24 anos estavam cursando ou haviam concluído o ensino superior, levando em conta apenas a taxa de matrícula, o recorte racial mostra que 36,1% são jovens brancos, enquanto apenas 18,3% são jovens negros (pretos ou pardos) (IBGE, 2019), ou seja, o índice é a metade, evidenciando que ainda hoje a desigualdade quanto a educação é vasta. Mas com certeza é um marco histórico de avanço e luta por igualdade de direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizamos este artigo informando que conseguimos atingir nosso objetivo em abordar os desafios e superações do negro no processo educacional do Brasil e no Pará e, que os problemas de pesquisas foram devidamente esclarecidos de acordo com nossas expectativas em expor a importância da presença do negro como discussão/pesquisa no currículo escolar atual, trazendo contribuições para que sejam debatidas as questões sobre desigualdades racial e social mediante o contexto histórico da escravidão no Brasil.



Compreendemos que apesar da Lei Áurea (1888) não garantiu igualdade dentre vários aspectos, inclusive educação da população negra, muito já foi conquistado através de lutas e resistência em nossa sociedade, entretanto, estamos ciente de que bastante coisas ainda precisam ser feitas em relação ao ensino dos negros e também das classes mais pobres, que em sua maioria é desta etnia. Investir na educação e na qualidade desta, é uma forma de contribuir para o desenvolvimento físico, psicológico, social da população, oportunizando a todos uma educação digna como sinônimo de mudança e igualdade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF, Outubro, p. 5-35, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**. Belém: Paka-tatu, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, Bahia, n. 28. p. 221-250, 2002.

CAZUZA, Cristiane Romualdo; GOUVEIA, Sonia de Alcantara. A escolarização da população negra: uma profunda desigualdade entre brancos e negros. **Rev. Episteme Transversalis**, Volta Redonda-RJ, v.10, n.2, p.128-149, 2019.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (org.). **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 21-34, 2005

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. A educação da população negra brasileira na formação da identidade nacional. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n, 64, p. 111-133, set. 2015.

FONSECA, Dante Ribeiro da. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. **Revista Veredas Amazônicas**. Rondônia, v. 1, n. 1. p. 1-14, Nov., 2011.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FONSECA, Marcus Vinicius. Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro. **ANPEd e Ação Educativa**. São Paulo, 2001.



GUSMÃO, Neusa Maria M. de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, N. M. M. de (org.) **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, p. 83-106, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 05/05/2020.

MEDEIROS, Juliana do Nascimento. **Engenhos e fazendas: memória da escravidão negra na província do Grão-Pará (1810-1850)**. Universidade Federal do Pará, s.d. Disponível em: <http://seminariosmemoriasocial.pro.br/wp-content/uploads/2016/03/A018-JULIANA-DO-NASCIMENTO-MEDEIROS-normalizado.pdf>. Acesso em: 15/04/2020.

PEREIRA, Maria Lima Pereira. A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

PERES, Érica de Sousa; AZEVEDO, Ana D'Arc Martins de. **A presença negra na Amazônia: um olhar sobre a vila de Mangueiras em Salvaterra (PA)**. v. 2. p. 8-14, 2015.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Brasília MEC/SECULT, 1988.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Rosimeire. **A escolarização da população negra entre o final do séc. XIX e o início do séc XX**. 2008. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-escolarizacao-da-populacao-negra-entre-o-final-do-sec-xix-e-o-inicio-do-sec-xx/8027/>. Acesso em: 14/04/2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de.; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, Geraldo da.; ARAÚJO, Márcia. História da Educação do Negro e outras histórias. In: \_\_\_\_\_. **Da interdição às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros, negros e escolas profissionais, técnicas e tecnologias**. Edições MEC/BID/UNESCO. Brasília-DF. p.65-78, 2005. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 14/04/2020.